



Noviembre 2019 - ISSN: 1988-7833

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DA PESCA ARTESANAL NA ILHA DE NOSSA SENHORA JUAZEIRO – BA

ASPECTOS SOCIALES Y AMBIENTALES DE LA PESCA ARTESANAL EN NUESTRA SEÑORA ISLA JUAZEIRO – BA

SOCIO-ENVIRONMENTAL ASPECTS OF ARTISANAL FISHING IN THE ISLE OF NOSSA SENHORA JUAZEIRO – BA

Kátia Silva Souza Santos

ksantosbio@hotmail.com

Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental

Professora da Secretaria de Educação da Bahia, Juazeiro, Bahia (SEC/BA)

Carlos Alberto Batista Santos

cabsantos@uneb.br

Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza

Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH)

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Kátia Silva Souza Santos y Carlos Alberto Batista Santos (2019): "Aspectos socioambientais da pesca artesanal na Ilha de Nossa Senhora Juazeiro – BA", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (noviembre 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/11/pesca-artesanal.html>

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar a percepção dos moradores da comunidade ribeirinha da Ilha de Nossa Senhora - Juazeiro/BA sobre questões socioambientais relativas à pesca e ao ambiente em que a mesma está inserida, na perspectiva da Ecologia Humana, retratando a história da ilha e dos seus habitantes. Os dados foram coletados através de entrevistas e conversas informais. A pesquisa revela a importância sociocultural e socioambiental da comunidade ribeirinha da ilha de Nossa Senhora, o conhecimento ecológico tradicional dos pescadores, evidenciando a história e a cultura da comunidade local. Tendo em vista a escassez de informações sobre a ilha e a sua comunidade ribeirinha, espera-se contribuir para a construção de acervo bibliográfico sobre a mesma, que possa subsidiar a construção de planejamento de desenvolvimento sustentável naquela comunidade.

Palavras chaves: Comunidades Tradicionais; Ecologia Humana; Percepção Ambiental

Resumen: Este artículo tiene como objetivo identificar la percepción de los residentes de la comunidad ribereña de la isla Nossa Senhora - Juazeiro / BA sobre temas sociales y ambientales relacionados con la pesca y el medio ambiente en el que se inserta, desde la perspectiva de la ecología humana, retratando la historia de isla y sus habitantes. Los datos fueron recolectados a través de entrevistas y conversaciones informales. La investigación revela la importancia sociocultural y socioambiental de la comunidad ribereña de la isla de Nossa Senhora, el conocimiento ecológico tradicional de los pescadores, destacando la historia y la cultura de la comunidad local. En vista de la

escasez de información sobre la isla y su comunidad ribereña, se espera que contribuya a la construcción de una colección bibliográfica sobre ella, que pueda apoyar la construcción de la planificación del desarrollo sostenible en esa comunidad.

Palabras clave: Comunidades Tradicionales; Ecología Humana; Percepción Ambiental

Abstract: This article aims to identify the perception of the residents of the riverside community of the Island of Our Lady - Juazeiro / BA on social and environmental issues related to fishing and the environment in which it is inserted, from the perspective of Human Ecology, portraying the history of island and its inhabitants. Data were collected through interviews and informal conversations. The research reveals the sociocultural and socio-environmental importance of the riverside community of the island of Nossa Senhora, the traditional ecological knowledge of fishermen, highlighting the history and culture of the local community. Given the scarcity of information about the island and its riverside community, it is hoped to contribute to the construction of a bibliographic collection about it, which can subsidize the construction of sustainable development planning in that community.

Keywords: Traditional Communities; Human Ecology; Environmental Perception

INTRODUÇÃO

A cidade de Juazeiro está situada no norte do estado da Bahia, na margem direita do rio São Francisco e representa um dos mais importantes centros urbanos do estado, possui uma população estimada em 197.965 (IBGE, 2010) e destaca-se no cenário nacional por ser um polo de agricultura irrigada. A pesca é uma atividade natural desenvolvida pelas populações ribeirinhas tanto da cidade, quanto das ilhas fluviais na região. A Ilha de Nossa Senhora está localizada na zona urbana da cidade de Juazeiro/BA, distando a 2km de distância do centro da mesma.

O nome da ilha representa uma homenagem à padroeira da cidade de Juazeiro/BA e sua história está intimamente ligada e se confunde com a história da própria cidade. Segundo nos relata a historiadora Maria Isabel Muniz Figueiredo (Bebela).

Com a migração dos portugueses para o interior do Brasil com o objetivo de expandir a criação de gado, a região do vale do São Francisco foi sendo ocupada pelos colonizadores. Entre o final do século XVII e o começo do XVIII é a pecuária bovina que se espalha pelo interior nordestino e mineiro, dividindo a extensa região ao longo das margens do rio São Francisco: de um lado, em direção a Piauí e Maranhão, o “sertão de dentro”, e, de outro, em direção a Bahia, Pernambuco e Paraíba, o “sertão de fora” (POLLIG, 2012).

Neste contexto, a ilha de Nossa Senhora foi considerada uma importante via de passagem que ligava o norte ao sul do Brasil. De propriedade do donatário Garcia D’ávila, assim como as demais terras da cidade e regiões circunvizinhas, a ilha era muito utilizada pelo bandeirantes e tropeiros, como via de passagem, para descanso das tropas e do gado, além disso, a travessia neste local, proporcionava mais segurança, (BEBELA, Comunicação Oral, em 07/08/2018).

A navegação no Rio São Francisco tem participação indispensável na história das cidades ribeirinhas, inclusive na formação dos povos nessas localidades, contribuindo para as identidades que os representam e os distinguem. No entanto, a participação imprescindível da política no desenvolvimento dessa região aparece, desde o período imperial, contraditoriamente no processo desenvolvimentista dessas cidades, como em outras cidades brasileiras (DUARTE; MACEDO, 2014)

Por ser uma via de ligação unindo o norte ao sul do país muito mais atraente e mais curta para aqueles que desejavam ir para o Piauí, Pernambuco, Maranhão ou que vinham destes locais em direção à Bahia ou ao sul do país, a ilha de Nossa Senhora era chamada de “a grande passagem.” Seu principal porto de embarque está voltado para a cidade de Juazeiro/BA, e é muito próximo ao chamado “Marco Zero”, inaugurado em 15 de julho de 2018, como uma homenagem simbólica ao local que deu início a atual cidade, chamado inicialmente de “Estrada da Passagem do Juazeiro” por ter uma frondosa árvore de mesmo nome que servia de descanso aos tropeiros e viajantes,

Em virtude das penetrações de Garcia d'Ávila para o norte, construiu ele a famosa estrada que atravessava o rio São Francisco no lugar denominado Passagem do Juazeiro, por existir ali, na sua margem direita, um frondoso Juazeiro, que oferecia larga sombra aos viajores, servindo, por isso, de ponto de descanso, apropriado, também para refeições. Através dessa estrada os habitantes das regiões que são hoje os Estados de Ceará, Goiás e Piau, principalmente deste último, conduziam suas boiadas e promoviam contato com a metrópole (CUNHA,1978).

Os relatos dos historiadores regionais, afirmam que seus primeiros habitantes, eram os índios Tamaquins e Tamocãs, aldeados pelos franciscanos e logo depois os cariris, vindos da Chapada da Borborema, encantados com o rio São Francisco e atraídos pelas terras férteis e locais favoráveis à pesca, além de negros escravos, esses povos encontraram na ilha condições propícias para fixar moradia e desenvolverem suas expressões culturais, agricultura de subsistência e criação animal, além da pesca principais fontes de renda dessas sociedades (ROSI COSTA, Comunicação oral, 08/02/2018)

A “Aldeia de Juazeiro”, assim denominada, era muito conhecida e utilizada como passagem até os anos de 1720, quando missionários franciscanos estabelece em terras juazeirenses uma das mais conhecidas Missões do São Francisco, onde os religiosos missionários exerciam sobre índios aldeados poderes sobre os mesmos (CUNHA, 1978).

Sabe-se que o Arcebispo D. João Franco de Oliveira, depois de haver feito uma visita pastoral à região do São Francisco, no ano de 1694, promoveu a criação de novas Missões, e, dentre elas, a de Juazeiro. Em decorrência desse interesse do Arcebispo, preocupado com a catequese dos indígenas, ali chegou, no ano de 1706, instalando-se na Passagem do Juazeiro, uma Missão de Franciscanos, que aldeiou, nesse mesmo ano, os Tamaquins, também, chamados Tanaquéus, e os Maçacarás (CUNHA,1978).

Ainda nos relata Cunha (1978), que no intercurso do tempo até os anos de 1840, a Passagem do Juazeiro, passa à denominação de Aldeia de Juazeiro, em seguida Missão da Vila do Juazeiro e à Freguesia de Nossa Senhora do Juazeiro, em alusão a imagem da Nossa Senhora encontrada por um índio em um das grotas nos arredores da aldeia, passando a ser considerada a santa protetora da região, tendo uma igreja matriz com o seu nome já na então Comarca de Juazeiro, nos anos 1858, sendo considerada de propriedade da igreja os terrenos da cidade e da Ilha de Nossa de Senhora. Em 1878 a Comarca de Juazeiro é elevada à categoria de cidade.

É notável a importância socio histórica, sociocultural, socioambiental da ilha de Nossa Senhora no desenvolvimento da região, no entanto, há escassez de informações sobre sua história, seus moradores e as relações estabelecidas com o meio ambiente, sobretudo a comunidade tradicional de pescadores artesanais que ai reside. Pensar as questões socioambientais no Brasil, considerando o ambiente da Caatinga, seus povos e comunidades tradicionais, ainda se fazem um desafio na atualidade,

Dentro dessa premissa Marques (2014), nos remete a tal fato, quando afirma:

Há um certo descaso por outros biomas brasileiros, como é o caso da Caatinga e do Cerrado e, com eles, toda a dinâmica cultural e ecológica dos seus povos. Os serviços ambientais desses importantes ecossistemas foram, durante décadas, relegados a um descaracterizador processo de marginalização e abandono.

O presente artigo tem como objetivo identificar a percepção dos moradores da comunidade ribeirinha da Ilha de Nossa Senhora em Juazeiro/BA, sobre as questões socioambientais relativas à pesca e o ambiente em que a mesma está inserida, na perspectiva da Ecologia Humana, retratando a história da ilha e dos seus habitantes ao longo da escala do tempo.

AS ETNOCIÊNCIAS E O CONHECIMENTO TRADICIONAL

O conhecimento tradicional, sobretudo os saberes populares, a arte, a cultura, o modo de ser,

conviver e ver o mundo é inerente a condição humana, não se pode dissociar o ser humano do seu modo de ser, fazer e sentir humano. (OLIVEIRA, 2012). A utilização dos recursos naturais pelo ser humano, principalmente o uso de plantas e animais é datado desde a pré-história pelos povos primitivos (BASTOS, 1994).

Como afirma (CARVALHO; BERGAMASCO, 2010), dados sobre a utilização de plantas e animais pelos povos primitivos já são coletados desde as primeiras viagens dos povos europeus pelo mundo, mas a primeira tentativa de apresentar um trabalho sistemático sobre o tema parece ser de Palmer, em 1870.

Segundo Roué (1997), as Etnociências são as áreas de pesquisa que se propõem a estudar as categorias do saber científico ocidental, a partir do reconhecimento dos saberes das populações rurais e do interesse pelas múltiplas interações destas populações com os elementos que compõem o ambiente que habitam. Dentro do campo das Etnociências, surge a Etnobiologia nos Estados Unidos da América em 1935 (CARVALHO; BERGAMASCO; 2010).

O termo Etnociência da conservação surge nos países tropicais no século XX, décadas de 70 e 80, influenciada pelo surgimento e expansão de vários movimentos socioambientais, preocupados com a conservação e a melhoria das condições de vida da população rural. No Brasil, essa nova ciência acompanha o surgimento e fortalecimento do movimento dos Povos Indígenas, Seringueiros e Quilombolas (DIEGUES, 1999).

Estudo desenvolvido por Carvalho e Bergamasco (2010), salientam que originalmente, o interesse pelas Etnociências provinha inicialmente de biólogos, botânicos, zoólogos, ecólogos e agrônomos, ou seja, cientistas naturais que buscavam informações sobre formas de conhecimento de fora da ciência ocidental, além da antropologia que teve grande importância no desenvolvimento da etnobiologia.

A partir desta premissa, Diegues (1999), define a etnobiologia como essencialmente, o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito do mundo natural. É o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes, enfatizando as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo.

Para Marques (2012), a Etnoictologia é um capítulo da Etnozoologia que por sua vez, é um capítulo da Etnobiologia, sendo a etnozologia definida como o estudo dos conhecimentos do Homem sobre os animais e da fauna pelo Homem.

A relação entre pessoas e animais existe desde os tempos antigos, e tem sido expressa de diferentes maneiras, refletindo as influências decorrentes das condições ambientais e da cultura. Uma única espécie pode ser usada de diferentes maneiras e para fins diferentes por sociedades diferentes, dependendo dos aspectos culturais associados (ALVES, 2012), neste contexto a Etnozoologia emerge enquanto campo do conhecimento buscando compreender como as diferentes pessoas do mundo têm percebido e interagido com os recursos faunísticos através da história (ALVES; SOUTO, 2015).

Alguns teóricos consideram que as culturas e os saberes tradicionais podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Vemos que em numerosas situações, esses saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos (DIEGUES et. al., 1999).

Nos últimos anos tem sido cada vez mais reconhecida a importância dos estudos etnobiológicos para a conservação da biodiversidade nas áreas de Caatinga, o que não é surpreendente devido à forte influência humana sobre a biodiversidade nesta região. As populações locais mantêm uma ampla gama de informações biológicas que podem complementar o conhecimento acadêmico tradicional em estudos de zoologia, ecologia e conservação biológica. No caso da conservação animal, é evidenciado que as formas de percepção e uso dos animais pelos seres humanos são extremamente relevantes para a definição de possíveis estratégias de conservação (ALVES, et al., 2012).

Segundo Diegues e Pereira (2010), a articulação entre meio natural e social, proporcionada pelas Etnociências com enfoque na relação entre conhecimentos tradicionais e conservação dos recursos naturais por meio de subsídios da etnoconservação, conduz a uma reflexão sobre a ideia de natureza como uma construção cultural de algumas sociedades humanas que ao desenvolverem esta noção como algo externo, longínquo, digno de observação e contemplação, não consideram que também são uma das partes desta "natureza" e que apresentam intensa dependência de todo o ciclo que é perpetuado constantemente.

A Caatinga representa uma das principais fitofisionomias da região semiárida do Nordeste brasileiro. É um bioma extremamente ameaçado pelo uso insustentável dos recursos naturais. A riqueza cultural da população local e suas diversas interações com a fauna local fazem da Caatinga

uma área vantajosa para estudos etnozoológicos. Esses fatores são fundamentalmente importantes dentro de uma perspectiva socioambiental porque a exploração excessiva, a caça e os tratos ilegais de animais selvagens são ameaças a algumas espécies de vertebrados deste bioma (ALVES et al., 2012).

Ainda segundo Diegues e colaboradores (1999), sob o ponto de vista cultural, os estudos etnobiológicos mostram que o manejo e a gestão das áreas naturais podem estar profundamente ligados à visão de mundo e práticas culturais e simbólicas das chamadas comunidades tradicionais e não, exclusivamente, a conceitos e práticas científicas, em sua acepção moderna.

Entre as comunidades tradicionais do semiárido brasileiro, registramos a presença dos pescadores artesanais que têm fornecido importantes informações etnobiológicas para vários estudos sobre as espécies de peixes, como exemplo temos o trabalho de Santos e Alves (2016) sobre a Etnoictologia dos pescadores artesanais do povo indígena Truká na região do submédio São Francisco, com informações sobre equipamentos utilizados na pesca artesanal, espécies capturadas, e ecologia da pesca, entre outros aspectos.

A pesca artesanal, transcende ao fato da subsistência humana ou do mercado econômico, é antes de tudo um modo de vida. A relação dos pescadores com os peixes tem um sentido mais amplo do que o ato físico da coleta do pescado (MARQUES, 1995).

A diversidade biológica que aqui é representada pelos recursos pesqueiros, não é simplesmente um conceito pertencente ao mundo natural, é também uma construção cultural e social. As espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas (DIEGUES et al., 1999).

PESCA E PESCADORES TRADICIONAIS NA REGIÃO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

A relação do homem com os peixes, é tão antiga quanto a história da humanidade. As sociedades primitivas praticamente dependiam da pesca como fonte de alimentos. Desde os primórdios o homem já se alimentava fundamentalmente de carne de peixes, se lançando ao mar em busca de boas pescarias. No Brasil, a geografia generosa de grandes rios e afluentes sempre favoreceu a atividade, de modo que mesmo antes do descobrimento a pesca já havia se estabelecido entre os indígenas. Quando os portugueses aqui atracaram, encontraram tribos nativas com seus métodos próprios para a construção de canoas e utensílios para a captura de peixes (PNDPA, 2018).

Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), as pescarias interiores são uma componente vital dos meios de subsistência das pessoas em muitas partes do mundo, tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos. Contudo, práticas de pesca irresponsáveis, perda e degradação do habitat, captação descontrolada de água, drenagem de zonas húmidas, construção de barragens e poluição agem frequentemente em conjunto, agravando assim os efeitos uns dos outros, promovendo declínios substanciais e outras mudanças nos recursos da pesca interior (FAO, 2010).

O papel das pescas interiores na redução da pobreza e na segurança alimentar deve ser melhor refletido nas políticas e estratégias de desenvolvimento e pesca. A tendência de subvalorizar as pescas no interior do país resultou numa representação inadequada nas agendas nacionais e internacionais (FAO, 2010).

O decreto do governo federal nº 8.425, de 31 de março de 2015, que regulamente o registro geral da atividade pesqueira no seu Art. 2º parágrafo 1º define pescador e pescadora profissional artesanal, como sendo pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no país, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a vinte.

Segundo a FAO (2010), os pescadores artesanais representam 90% da força de trabalho empregada pelo setor pesqueiro no mundo, desta forma, Santos e Alves (2016), afirmam que este conhecimento pode apoiar pesquisas acadêmicas sobre a biologia das espécies exploradas e subsidiar planos de sustentabilidade e de gestão dos recursos naturais explorados.

No entanto, apesar de tanta importância socioeconômica e ambiental, a pesca artesanal, vem sofrendo severos impactos na sua prática, sobretudo, no maior curso d'água existente no Nordeste brasileiro, o Rio São Francisco. Para Nogueira e colaboradores (2015), os impactos ambientais, culturais e sociais que o rio São Francisco vem sofrendo, são decorrentes principalmente da construção das barragens ao longo de seu curso além da introdução de espécies exóticas, poluição e desmatamento da mata ciliar, questões ambientais também apontadas por Santos e Alves (2016).

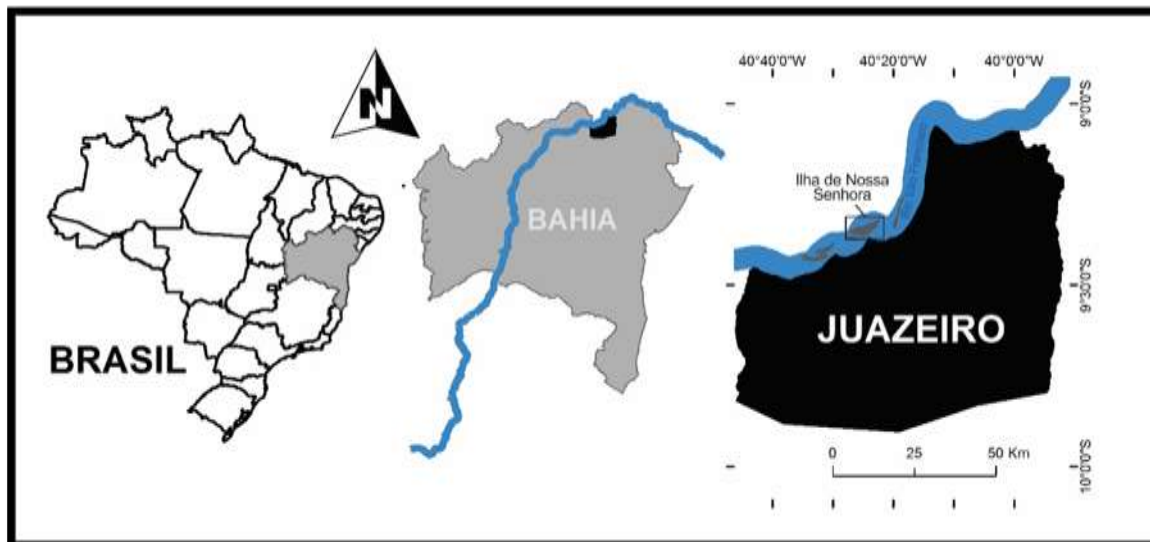
A redução da atividade pesqueira é identificada a partir das alterações no rio São Francisco, gerando a escassez das espécies de peixes e conseqüente mudanças na dieta alimentar das populações. Os peixes não representam mais a principal fonte proteica para estas comunidades, e o declínio gradativo da atividade pesqueira, em função dos problemas socioambientais complexos que afetam as populações ribeirinhas, sobretudo, às tradicionais como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, entre outros, fato preocupante, pois a pesca artesanal na região do vale do São Francisco se consolidou historicamente como importante fator nutricional, principalmente para as populações mais carentes.

A alimentação das famílias ribeirinhas com pescado sempre foi a tradição, porque os seus rendimentos mesmo em tempos mais alvissareiros jamais permitiram a aquisição de carnes bovina, caprina, suína e de aves no cotidiano. A fonte de proteína diária sempre foi o peixe. Com a sua escassez, essa fonte rareia, modificando o quadro nutricional na região (OLIVEIRA; SOUZA, 2011).

METODOLOGIA

Área de estudo

A pesquisa foi realizada na comunidade ribeirinha de pescadores tradicionais da Ilha de Nossa Senhora, na região do Submedio São Francisco, estado da Bahia (Figura 01), entre os meses de Fevereiro de 2017 a Fevereiro de 2018.



Fi

gura 01: Localização do município de Juazeiro-BA, região do Submedio São Francisco, semiárido do Nordeste brasileiro

Fonte: Acervo dos autores (2018)

Coleta de dados

Os métodos de coleta de dados envolveram entrevistas e conversas informais (HUNTINGTON, 2000). com pescadores tradicionais da comunidade de pescadores tradicionais da Ilha de Nossa Senhora. Para seleção dos entrevistados, a amostragem foi do tipo não-probabilística intencional na qual foram pré-definidos os entrevistados (ALBUQUERQUE et al., 2014), através da técnica bola de neve (BAILEY, 1994). Foram entrevistados, 09 pescadores e pescadoras artesanais, moradores da comunidade, com idade igual ou superior a 18 anos. Informações sobre o conhecimento ecológico tradicional, aspectos socioambientais e socioculturais retratando a história da ilha e dos seus habitantes.

DE PASSAGEM AOS TROPEIROS À AGRICULTURA IRRIGADA

Desde os primeiros bandeirantes a passarem por Juazeiro, com destaque para Belchior Dia Moréa e Domingos do Sertão, que buscavam pedras preciosas (CUNHA, 1978) até os atuais sitiantes, o tempo dá um salto, porém a situação dos seus moradores não acompanha a roda do

tempo.

De local de travessia a passagem para o outro lado do rio, denominado de passagem do Juazeiro, lá pelos anos de 1595, a paisagem natural da ilha sofreu grandes alterações, atualmente vemos uma grande área desmatada para o cultivo agrícola e criação de rebanhos de caprinos e ovinos (**Figura 02**), assim como, há importante perda da mata ciliar, sobretudo no lado voltado para a margem esquerda do rio (**Figura 03**), entretanto, as condições de vida dos seus ribeirinhos, permanecem inalteradas.

A cidade de Juazeiro-BA, localizada na margem direita do rio, na região do Médio São Francisco, surge como passagem dos antigos caixeiros viajantes e comerciantes de inúmeras regiões do país que aproveitavam a sombra de um antigo pé de Juazeiro para descansar durante as longas viagens realizadas. Estes homens perceberam o local como um entroncamento entre os destinos procurados, isso antes mesmo de sua emancipação política. As viagens eram realizadas de forma intermodal, ou seja, utilizando as estradas de chão, as quais ligavam o litoral e o interior do país, e tendo o rio como outra possibilidade de ligação entre essas localidades. É nesse cenário que o Rio São Francisco se consolida como um elo entre os que chegam, os que partem e os que residem e trabalham nas localidades banhadas pelas suas águas (DUARTE; MACEDO, 2014).



Figura 02: Área desmatada para o cultivo agrícola e criação de rebanhos de caprinos e ovinos
Fonte: Acervo dos autores (2018)



Figura 03: Desmatamento da mata ciliar na Ilha de Nossa Senhora.
Fonte: Acervo dos autores (2018)

A ausência de equipamentos públicos como escolas, posto de saúde, tratamento de água e esgoto, coleta de lixo e porto de embarque/desembarque, são evidenciados e dificultam a vida de quem mora ou trabalha na ilha.

“A única coisa que a prefeitura fez aqui, foi uma escola, tem uns 15 anos isso, depois fechou”. Pescador A.

“Nós só temos água e energia por que um determinado vereador na época de eleição, pediu a CODEVASF pra botar água e energia pra nós, a água não é tratada, mas é a única coisa que fizeram por aqui”. Pescador B.

“Na época de eleição, aparece é muita gente aqui todo dia dizendo um bocado de coisa, depois que leva uns votos, nunca mais volta, mais agora vão ver!” Pescador C.

Outros aspectos a serem considerados, são os fatores socioeconômicos. Com o incremento da agricultura irrigada, são cultivadas na ilha, manga, caju, mandioca, e hortaliças (**Figura 04**), boa parte da produção é vendida nas feiras e mercados municipais da cidade de Juazeiro/BA, no entanto em época de safra, pela dificuldade de escoamento da produção e falta de assistência técnica, aos produtores locais, há muito desperdício de frutas in natura.



Figura 04: Cultivo de manga na Ilha de Nossa Senhora.

Fonte: Acervo dos autores (2018)

“Aqui, nós não temos nada! Teve uma época que tinha uma associação, mas acabou! Se tivesse ao menos, um porto de embarque, ia ajudar muito!” Pescador D.

De modo semelhante a comunidade não possui cooperativa de produtores e ou pescadores locais, também não há associação de moradores, culminado com uma perda substancial da produção agrícola, por não haver suporte técnico e administrativo para orientar o aproveitamento ou beneficiamento dos produtos ou subprodutos sem comercialização.

Muito embora não esteja em análise, a questão fundiária dos habitantes da ilha, há uma inquietude dos mesmos, considerando que as terras de ilhas, *a priori* são propriedades da união. De acordo os moradores locais, todos possuem título de compra e venda e já moram em suas propriedades há mais de 30 anos, sendo as terras naturalmente repassadas de pais a filhos ao longo do tempo.

“Eu já moro aqui a mais de 70 anos, vim morar aqui criança! Esta terra aqui era de meu pai, e eu já dividi um tanto para cada filho meu plantar roça! É tudo legalizado! Eu tenho o registro!” Pescador A.

EXPRESSÕES CULTURAIS: CONGOS, A RELIGIOSIDADE QUE RESISTE AO TEMPO

Os Congos do Rosário juazeirense é uma dança religiosa de origem africana quase centenária em nossa região. Os congos juazeirenses (**Figura 05**) não tem um registro correto da sua origem (SILVA et. al, 2013) mas de acordo com as historiadoras Bebela e Rosi Costa, esta dança, em Juazeiro Bahia, teve sua origem na ilha de Nossa Senhora,

Os Congos juazeirenses não têm um registro correto de sua origem. De acordo com relatos dos participantes do grupo, apenas se sabe que é uma manifestação quase centenária, ensinada por José Cassiano, primeiro líder do grupo. Sempre no último domingo de outubro, um grupo de pessoas vestidas como marinheiros segue em procissão à Catedral Nossa Senhora das Grotas carregando uma bandeira rosa, com a imagem de Nossa Senhora do Rosário. Embalados com canções, à frente do cortejo vem um casal de crianças, vestidos como rei e rainha, acompanhados por um guia que puxa as músicas cantadas. Atualmente, 40 pessoas, entre homens, mulheres e crianças participam da manifestação. Todos são católicos, tem uma ligação direta com a igreja e são devotos de Nossa Senhora do Rosário. Os Congos se apresentam no dia da santa devotada, no dia de finados e quando a comunidade convida (SILVA et. al.,2013).

Para a historiadora Rosi Costa, essa tradição se remete aos primeiros habitantes da ilha, segundo relata a historiadora “Seu Cipriano,” aprendiz de “Seu Antonio” moradores da ilha, ambos remanescentes de negros e índios cariris que também viviam na ilha, foram os responsáveis por manter e repassar essa tradição ao longo do tempo, nos dias atuais, vê-se uma grande dificuldade em manter essa tradição, que além de expressar a fé e religiosidade de uma comunidade ribeirinha, é sobretudo uma manifestação cultural (BEBELA, Comunicação Oral, 07/08/2018).



Figura 05: Dança dos Congos em Juazeiro/BA.

Fonte: Acervo dos autores (2018)

Os congos de Juazeiro é uma forte manifestação cultural da cidade que vem passando por transformações. O grupo tem poucos registros em acervos públicos, além de não ser pautado nas mídias locais. Outra realidade que chama atenção é a preocupação dos participantes em preservar a manifestação, visto que eles relatam a ocorrência de diminuição do número de integrantes (SILVA et. al.,2013).

A VISÍVEL INVISIBILIDADE DOS RIBEIRINHOS

Com uma população formada em sua maioria por descendentes de índios e negros escravizados, a comunidade tradicional ribeirinha da ilha de Nossa Senhora se estabeleceu desde o

seu povoamento no Brasil Império até os atuais dias, sofrendo modificações em sua miscigenação com o incremento da diversidade étnica do nosso país. Paradoxalmente observa-se que apesar da importância na produção agrícola, no cultivo de mangas, cajus e hortaliças de forma orgânica, da pesca artesanal ali desenvolvida, da sua religiosidade na tradição histórica dos congos, da sua beleza e importância socioambiental, a comunidade ribeirinha da ilha de Nossa Senhora passa invisível ao longo do tempo, assim como o conhecimento ecológico tradicional e a sua história.

Para além das questões ecológicas ambientais, que impactam a vida das comunidades ribeirinhas do São Francisco, de modo singular verificadas também na comunidade de pescadores artesanais da ilha de Nossa Senhora, é preciso ressaltar a condição humana dentro daquele território, como nos aponta Marques (2014),

A ecologia tradicional, ao se preocupar com os aspectos físicos e bioquímicos da natureza, solidificando uma ecologia dos bichos e outra ecologia das plantas, deixou de fora um grupo-chave para o entendimento das dinâmicas dos ecossistemas: a espécie humana, objeto-sujeito da Ecologia Humana. A Ecologia Humana é uma ecologia que coloca gente nos ecossistemas, e estuda suas relações e consequências.

Dentro dessa premissa, ressaltamos as contribuições de Almeida (2014), quando nos aponta que, “a classificação de povos e comunidades tradicionais na região do São Francisco aponta para uma realidade construída pelos agentes sociais, a natureza social.”

Para Pires e Craveiro, (2014), as questões da sustentabilidade e o papel da ciência adquirem uma crescente visibilidade pública, face à emergência de novos riscos e à urgência de intervenções mitigadoras ou adaptativas para a salvaguarda do bem-estar e da segurança das comunidades humanas. Pode argumentar-se que cada povo estaria adaptado a viver no seu ambiente próprio, tendo desenvolvido, historicamente, os laços instrumentais e culturais resultantes dessa adaptação.

Os contributos da ecologia humana resultam numa governação sustentável, no desenvolvimento de metodologias que valorizam a relação entre diversos saberes e o esclarecimento dos interesses sociais envolvidos nos processos de decisão e de mediação ambiental (PIRES; CRAVEIRO, 2014).

O espaço de fala, a representatividade social, a crença, o conhecimento ecológico tradicional, o seu espaço de ação e relação, determina a sua existência. A comunidade ribeirinha da ilha de Nossa Senhora existe, ela age, interage, pensa, sente, produz, impacta e é impactada. O olhar ecológico, tão somente para os aspectos da pesca, do ambiente da pesca, sem considerar o pescador artesanal, os aspectos socioambientais, socioculturais, históricos que o fazem pescador, colabora na reprodução de um sistema que vem desestruturando as comunidades tradicionais.

Leonardo Boff em seu livro: *Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra* (1999), já nos alerta sobre as questões socioambientais, socioculturais, mas sobretudo das questões humanas na discussão ambiental, quando nos diz:

Tudo o que existe e vive precisa ser cuidado para continuar a existir e a viver - uma planta, um animal, uma criança, um idoso, o planeta Terra, a essência do ser humano reside no cuidado. O cuidado é mais fundamental do que a razão e a vontade. A ótica do cuidado funda uma nova ética, compreensível a todos e capaz de inspirar valores e atitudes fundamentais para a fase planetária da humanidade (BOFF, 1999).

Faz-se necessário olhar para a comunidade, discutir as questões que envolvem a comunidade, pela comunidade. Para tanto, a Ecologia Humana já nos subsidia com os seus pressupostos, o elemento humano nos ecossistemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de tamanha importância do Rio São Francisco no imenso e complexo contexto ambiental, social, econômico e histórico, é notável a sua crescente degradação em paralelo de suas comunidades ribeirinhas, sobretudo, as comunidades e povos tradicionais.

Ações antrópicas sufocam e exaurem o rio, e com isto, sucumbem milhões de pessoas. Há neste contexto, uma intrínseca e complexa associação e interação, que precisa ser visualizada e considerada nos projetos/programas de gestão socioambiental deste imenso ecossistema humano, o rio São Francisco, o ser humano, suas ações, relações e interações. Ser que pensa, age, sente, impactado e impactante, que precisa sobretudo, ser percebido e inserido no ambiente.

A inobservância de políticas públicas de gestão administrativa local, refletem o abandono no qual a comunidade encontra-se, pela total ausência de serviços públicos como água potável, atracadouro, escola, posto de saúde, coleta de lixo, apoio e incentivo à produção agrícola e atividade pesqueira.

A invisibilidade visível sob o ponto de vista social, ambiental e histórico cultural da comunidade ribeirinha de pescadores artesanais da ilha de Nossa senhora os remetem à própria sorte, suscitando da sociedade ações mitigadoras em prol da permanência desta.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Ecologia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. In: MARQUES, Juracy (Org.). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana: EDUEFS, p. 175-206, 2014.

ARRAES, Esdras. Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 21, n. 2, p. 47-77, 2013.

BASTOS, Rossano Lopes. **A utilização dos recursos naturais pelo homem pré-histórico na Ilha de Santa Catarina**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

BEGOSSI, Alpina. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Interciência**, v. 18, n. 3, p. 121-132, 1993.

CUNHA, Joao Fernandes. **Memória histórica de Juazeiro**. Juazeiro; Editora Gutemberg, 1978.

ALMEIDA REGO, André. Os Aldeamentos Indígenas Fundados na Bahia e Capitanias Vizinhas Durante o Período Colonial. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, v. 4, n. 5, p. 81-108, 2016.

DUARTE, Danilo Mendes; MACEDO, Odomaria Rosa Bandeira. **Um rio provedor: Culturas e comunicação em navegação no São Francisco**. In: Anais XXXVII Congresso de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, Brasil, p. 1-15, 2014.

BOFF, LEONARDO, **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Manfredo. Cultura e natureza. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 19, n. 58, 2012.

OLIVEIRA, Roberto et al. Território e identidade em comunidade Quilombola no Nordeste do Brasil. **Territórios e Fronteiras**, v. 8, n. 2, p. 310-327, 2015.

MAGALHÃES, Pablo Michel. Os lugares de memória e a construção do cotidiano urbano na interação rio e cidade em Juazeiro/BA. **Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína**, v. 8, n. 1, p. 211-225, 2016.

MARQUES, Juracy. Ecologias Humanas no Brasil. In: MARQUES, Juracy (Org.). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana: EDUEFS, p. 175-206, 2014.

PIRES, Iva Miranda, CRAVEIRO. João Lutas Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre a Ecologia Humana e a Emergência dos Riscos Ambientais. In: MARQUES, Juracy (Org.). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana: EDUEFS, p. 175-206, 2014.

POLLIG, João Victor. **Apropriação de terras no Caminho Novo**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2012.

SANTOS, Carlos Alberto Batista; ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega. Ethnoichthyology of the indigenous Truká people, Northeast Brazil. **Journal of ethnobiology and ethnomedicine**, v. 12, n. 1, p. 1-14, 2016.

SILVA, Jacqueline Santos et al. Os Congos de Juazeiro: Tradição e Resistência. In: Anais XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Manaus, 2013.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume Editora, 2008.